



CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FISCALIZAÇÃO DA OBRA E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA

ENTRE:

Centro Social, Desportivo e Cultural da Pedra, pessoa coletiva nº 5013256322, com sede na Avª 16 de Agosto, nº 14, Pedra, 2565-832 Ventosa TVD, aqui representada por [REDACTED], portador do Cartão de Cidadão nº [REDACTED], válido até [REDACTED], Contribuinte Fiscal [REDACTED] e [REDACTED], portadora do Cartão de Cidadão nº [REDACTED], válido até [REDACTED], número fiscal de contribuinte [REDACTED], na qualidade de presidente da direção e tesoureira, respetivamente, adiante designada por PRIMEIRO OUTORGANTE,

E

Duartes e Sales II – Engenharia e Construção, Lda., pessoa coletiva nº 514172401, com sede na Rua Tijolo do Forno nº 7 – Pedra, 2565-832 Ventosa TVD, aqui representada por [REDACTED], portador do cartão de cidadão nº [REDACTED], válido até [REDACTED], contribuinte fiscal nº [REDACTED], na qualidade de gerente, adiante designado por SEGUNDO OUTORGANTE,

1. Considerando que, após o procedimento por consulta prévia realizado em 04/10/2023 foi deliberado em reunião da Direção do Centro Social, Desportivo e Cultural da Pedra de 02/10/2023, adjudicar à Duartes & Sales II – Engenharia e Construção, Lda. a aquisição de serviços para fiscalização da obra e coordenação de segurança e saúde durante a execução da obra e que foi, ainda, aprovada a minuta do contrato, pela deliberação de 20/10/2023.

É CELEBRADO O PRESENTE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, QUE SE REGERÁ PELOS TERMOS CONSTANTES DAS CLÁUSULAS SEGUINTE:

Cláusula 1.ª

Pelo presente contrato, o SEGUNDO OUTORGANTE prestará o serviço de FISCALIZAÇÃO DA OBRA E COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA E SAÚDE DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA para a empreitada de conclusão



da construção, de um edifício destinado a “Estrutura Residencial para Pessoas Idosas – E.R.P.I., Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário”.

## Cláusula 2.ª

A prestação de serviços contratada será desenvolvida no prazo de 12 meses, em conformidade com as orientações recebidas do Primeiro Outorgante.

## Cláusula 3.ª

1. O valor a pagar pela prestação de serviços é de 25 200,00 € (vinte e cinco mil e duzentos euros), a que acresce o IVA à taxa em vigor.
2. O valor será pago, em 12 (doze) prestações mensais, com início nos meses de novembro ou dezembro do corrente ano, em momento coincidente com a empreitada, e termo no décimo segundo mês seguinte, no valor de 2 100,00 € cada.

## Cláusula 4.ª

No âmbito da sua relação contratual, ambos os OUTORGANTES deverão respeitar o estipulado nas cláusulas do presente Contrato de Prestação de Serviços e no Caderno de Encargos, pelo que qualquer modificação aos termos dos mesmos, deverá ser feita mediante acordo escrito que passará daqueles a fazer parte integrante.

## Cláusula 5.ª

O SEGUNDO OUTORGANTE encontra-se legalmente habilitado para realizar o trabalho convencionado, conforme documento de habilitação que consta em anexo ao presente contrato.

## Cláusula 6.ª

1. Em caso de incumprimento das cláusulas constantes no caderno de encargos, incorrerá o SEGUNDO OUTORGANTE na aplicação de uma pena pecuniária diária no valor de 0,5% do montante total do preço



C.F.P.  
N.S.L.  
#

contratual, não podendo, contudo, o respetivo valor acumulado exceder 20% do preço contratual, nos termos do previsto no nº 2 do artigo 329º do Código dos Contratos Públicos.

2. As multas mencionadas nos números anteriores não são aplicadas no caso de o incumprimento ser imputável ao PRIMEIRO OUTORGANTE.
3. A resolução da presente prestação de serviços não prejudica qualquer direito de indemnização do PRIMEIRO OUTORGANTE, legal ou contratualmente fixado.
4. O PRIMEIRO OUTORGANTE pode compensar os pagamentos devidos com as penas contratuais devidas nos termos da presente cláusula.

#### Cláusula 7.ª

A subcontratação pelo SEGUNDO OUTORGANTE e a cessão da posição contratual por qualquer dos OUTORGANTES depende de prévia autorização do outro e encontra-se sujeita ao regime estatuído nos termos dos artigos 316º e seguintes Código dos Contratos Públicos.

#### Cláusula 8.ª

1. Sem prejuízo de serem acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre os OUTORGANTES, estas devem ser dirigidas, nos termos dos artigos 467º a 469º do Código dos Contratos Públicos.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada ao outro outorgante, designadamente no que concerne a poderes de representação no contrato celebrado, nome ou denominação social, endereço ou sede social e/ou quaisquer outros factos que alterem de modo significativo a sua situação.
3. Para efeitos de qualquer alteração durante a execução do contrato, a parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida essa alteração.
4. A alteração ao contrato não pode conduzir à modificação das principais prestações abrangidas pelo contrato nem configurar uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.



Cláusula 9.ª

1. Não podem ser impostas penalidades ao SEGUNDO OUTORGANTE, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual da execução das cláusulas do Caderno de Encargos, a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal, as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário de bens, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário de bens ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário e de bens de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de bens de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário de bens cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário de bens não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.



C.115  
MSH

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 10.ª

No âmbito da sua relação contratual, ambos os OUTORGANTES deverão respeitar o estipulado nas cláusulas do presente Contrato de Prestação de Serviços e no Caderno de Encargos, pelo que qualquer modificação aos termos dos mesmos, deverá ser feita mediante acordo escrito que passará daqueles a fazer parte integrante.

Cláusula 11.ª

O SEGUNDO OUTORGANTE encontra-se legalmente habilitado para realizar o trabalho convencionado, conforme documento de habilitação que consta em anexo ao presente contrato.

Cláusula 12.ª

2. Foi nomeado [REDACTED] como GESTOR do CONTRATO, em nome do PRIMEIRO OUTORGANTE, cuja função é acompanhar permanentemente a execução contratual por parte dos contratantes, promovendo a boa administração e eficiência da contratação pública, e com os seguintes contatos profissionais [REDACTED] (email) e contacto telefónico [REDACTED].
3. O mesmo inicia as suas funções no momento da execução do mesmo, e assume o papel de contraente público perante o cocontratante, mediante apresentação da sua declaração de inexistência de conflitos de interesse para efeitos de salvaguarda de imparcialidade e isenção..

Cláusula 13.ª

1. Em caso de litígio relativamente ao cumprimento dos termos constantes no presente contrato, os OUTORGANTES comprometem-se a diligenciar, por via do diálogo e conciliação de interesses, pela obtenção de uma solução concertada dos mesmos.



## CENTRO SOCIAL DESPORTIVO E CULTURAL DA PEDRA

2. Quando não for possível obter uma solução amigável e negociada, nos termos previstos no número anterior, qualquer das partes poderá, a todo o momento, recorrer à via judicial.
3. Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com expressa renúncia a qualquer outro.

Este contrato é feito em duplicado, sendo entregue um original a cada uma das partes.

Pedra, 30 de outubro de 2023.

O PRIMEIRO OUTORGANTE

Carlos Jorge Teixeira Duarte

Nancy Costa Fernandes



O SEGUNDO OUTORGANTE

DSM